

## Por uma Antropologia da Educação no Brasil

ROCHA, Gilmar; TOSTA, Sandra Pereira. *Antropologia & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. (Coleção Temas & Educação, 10)

*Neusa Maria Mendes de Gusmão\**

A obra em destaque soma-se a outras poucas obras presentes no cenário nacional a respeito de antropologia e educação<sup>1</sup>. A temática ainda não alcança pleno sucesso, quer no campo da antropologia, quer no campo da educação, voltadas para os temas mais tradicionais de atuação de suas próprias áreas. Contudo, cada vez mais, a antropologia está presente nos temas tratados na educação e nas exigências que advêm das políticas nacionais de educação (LDB; PCN) e das políticas de diversidade (Leis 10.639/03 e 11.645/08) que hoje regem o fazer educativo e impõem novas exigências no âmbito das práticas pedagógicas, com implicações na formação de professores e educadores brasileiros. Por isso tudo, em boa hora, a Coleção Temas & Educação, da Autêntica Editora, coloca em circulação *Antropologia & Educação*.

Os autores, doutores em antropologia, unem esforços no sentido de “ampliar o significado da antropologia como forma de educação”, como afirmam na contracapa do livro, e entendem que a obra contempla “a educação para além dos limites físicos da escola”. Nesse aspecto, esse é um de seus pontos fortes, ao tratar de questões como a pluralidade cultural e outros assuntos relevantes no campo pedagógico. Relevante, também, a organização da obra em capítulos que, facilmente, introduzem o leitor leigo ou o estudante iniciático das Ciências Sociais, da Educação ou de outra área, no debate pretendido. A obra compreende um texto de apresentação, uma introdução à antropologia como educação e quatro capítulos. A partir dessa organização, torna-se possível

\* Professora Titular do Departamento de Ciências Sociais na Educação (Decise) da Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas, SP, Brasil. neusagusmao@uol.com.br

1. Ver publicações recentes dedicadas ao tema: SANTOS, Rafael J. *Antropologia para quem não vai ser antropólogo*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2005; DAUSTER, Tania (Org.). *Antropologia e educação*. Um saber de fronteira. Rio de Janeiro: Forma&Ação, 2007; GOMES, Mércio P. *Antropologia*. São Paulo: Contexto, 2008. Ver, também, GUSMÃO, Neusa M. Mendes de. Antropologia e educação. Interfaces do ensino e da pesquisa. *CADERNOS CEDES*, ano 18, n. 43, dez. 1997.

compreender as características centrais da ciência antropológica no seu percurso histórico (Capítulo I), em termos da teoria e da prática do seu fazer científico (Capítulo II), e destacar a centralidade do conceito de *cultura* e sua razão de ser no estudo das sociedades humanas (Capítulo III). A unidade dos capítulos citados complementa-se com o Capítulo IV, no qual se discutem as possibilidades de uma antropologia da educação; nele há, talvez, um debate iniciado, mas ainda a ser construído. Encerra-se a obra com informações preciosas de fontes multimídia, de importância significativa a todos que se dedicam à educação, sejam estes professores, gestores, pesquisadores, estudantes ou outros interessados.

A partir dessa apreciação geral, cabe situar alguns debates que o conteúdo tratado suscita no campo educacional e, com ele, contribuir mais um passo para a construção de uma Antropologia da Educação no Brasil, como já defendia a Profa. Dra. Aracy Lopes da Silva e como tenho defendido em meus próprios trabalhos. Chamo a atenção para o texto de apresentação da obra, “Algumas palavras sobre a cultura e a educação”, do Prof. Carlos Rodrigues Brandão, expoente da antropologia brasileira e, em particular, do debate antropológico em educação.

Brandão, ao situar-nos, a nós, seres humanos, como produto da relação entre a natureza e a cultura, afirma que “somos seres naturais” e que “sobre a natureza que nos é dada, construímo-nos a nós mesmos e aos nossos mundos” (p. 11). Como seres humanos, como sujeitos sociais. A ideia de construção é de fundamental importância, na medida em que é a partir dela que nos fazemos como seres sociais, que não apenas nominam fatos e coisas, mas que se diferenciam do mundo animal. Diferenciam-se não somente porque sabem e sentem como esses, mas porque “sabemos que sabemos, e nos sabemos sabendo (ou não sabendo); e nos sentimos sabendo e nos sabemos sentindo.” (Idem, p. 12). Aqui, segundo Brandão, a educação, assim como a cultura, se faz “absolutamente íntima, interativa, inclusiva”. O autor deduz, então, que

a educação é – como tudo o mais que é humano e é criação de seres humanos – uma dimensão, uma esfera interativa e interligada a outras, um elo, uma trama (no bom sentido da palavra) na teia de símbolos e saberes, de sentidos e significados, como também de códigos, de instituições que configuram uma cultura, uma pluralidade interconectada (não raro, entre acordos e conflitos) de culturas e entre culturas, situadas em uma ou entre várias sociedades. (p. 12).

A relação entre educação e cultura é, assim, fundante e fundamental nas sociedades humanas, posto que ambas envolvem o ensinar e aprender em todas

as dimensões da vida social. Nesse sentido, hoje, “no presente e complexo momento de história que compartilhamos”, cabe-nos, segundo Brandão, responder: “qual a função, a missão e o alcance da educação?” (p. 15). Esse o desafio de uma antropologia da educação no Brasil, que está por fazer.

Por estar ainda em construção é que a “Introdução à antropologia como educação” se faz necessária. Nela não apenas se situa a postura dos autores em termos da antropologia e da educação, mas também se abre uma janela de indagações preciosas que aqui se registram como contribuição ao pensamento dessa antropologia diferenciada. Para os autores, a obra é uma contribuição para pensar a “antropologia como forma de educação”, e “a educação só é possível como prática antropológica” (p. 17). Compreendem, assim, para além do campo acadêmico e disciplinar da antropologia em termos de alteridade, que esta se faz “uma forma de produzir um sentido humanista a nossas experiências no mundo da vida cotidiana”, em razão de sua natureza interdisciplinar; da conquista de sua própria trajetória histórica, tal como é referida no Capítulo I; de sua natureza epistemológica (Capítulo II) e de sua perspectiva no tempo (Capítulo III), que conduz à defesa de que “a antropologia é uma forma de educação” e que “uma boa educação exige uma prática antropológica” (Capítulo IV).

A questão que merece ser apontada aqui é: *poderia (seria possível) ser qualquer prática antropológica?* Certamente não. Nesse sentido, o Capítulo I, “A modernidade da Antropologia”, ao situar o nascimento dessa ciência e seu contexto entre os séculos XIX e XX (Ciências Clássicas e Modernas) até os tempos atuais, com o advento da pós-modernidade, será uma tentativa de responder a questão acima. Do conjunto de dados apresentados, importa destacar um dos movimentos da antropologia como “ciência aplicada”, ciência de serviço, constituída entre 1920 e 1940. Trata-se de uma ciência voltada para a prática e de natureza instrumental, que permitiu intenso diálogo com os sistemas políticos da época e, em particular, com a educação, configurando uma antropologia da educação e da criança, logo após a Primeira Guerra Mundial (p. 45). O contexto dessa antropologia da educação é bem descrito pelos autores; contudo, falta uma crítica, o que poderia ser fundamental para alavancar a compreensão de outra antropologia da educação ou de uma antropologia e uma educação, hoje, mais compreensivas e críticas, que venham a se constituir no Brasil, em termos de teoria e prática.

Não seria o caso de dizer que essa história nada pode acrescentar a uma educação para a diversidade, em que a pluralidade do mundo social deve ser admitida como direito dos povos, tal como se requisita hoje. A contribuição da antropologia, com sua teoria e sua prática, iluminada por sua própria transformação histórica em uma ciência mais compreensiva e crítica, faz-se fundamen-

tal. Diz de um fazer antropológico que é, a um só tempo, transformado e transformador, e não apenas por assumir uma concepção mais humanista, tal como dizem os autores. O humanismo também pode ser uma armadilha na defesa dos chamados outros, quando apenas ideologia e não valor, inclusive por sua capacidade de responder à natureza instrumental e técnica da própria educação moderna.

A antropologia é uma ciência do “fazer-fazendo”, que se constrói pela crítica constante de seus próprios passos, uma ciência que “aprende-e-ensina”, ao mesmo tempo que “ensina-e-aprende”. Por essa razão, coloca-se como mais-valia no campo educacional, desafiada pela ruptura entre ensino e aprendizagem, seja dos que ensinam, seja dos que aprendem. O desafio no qual o fazer antropológico, sua prática e seu suporte teórico são fundamentais na educação diz respeito a *re-unir* ensino-aprendizagem, tornando-se um aprender ensinando e um ensinar aprendendo.

Por esse arazoado, fica a dúvida: falar de uma antropologia da educação no Brasil seria pensar uma “educação antropológica” (p. 19). Em pauta, o humanismo ideológico presente na educação que herdamos, também presente no histórico da disciplina e que, muitas vezes, para os menos avisados, opera apenas como uma ideologia geral e abstrata, pouco construtiva e transformadora. Aqui, o debate em torno do “Sentido da etnografia”, Capítulo II da obra, por pertinência e alcance, pode permitir a construção de uma antropologia da educação ou de uma antropologia e uma educação no Brasil que sejam críticas. Aparentemente, esse é o caminhar dos autores.

A etnografia abordada a partir de uma concepção fenomenológica de ciência e, portanto, não apenas como modos de fazer, mas também como teoria do conhecimento, abre um panorama significativo para pensar a unidade teoria e prática desse campo científico. A “viagem” dos autores no tempo e no espaço, no entanto, parece um pouco exaustiva, detalhista, com relatos breves de trabalhos de campo pioneiros, e distancia-se do conteúdo tratado no capítulo anterior. Talvez por sua abordagem, a compreensão metodológica das viagens, do viajar como parte do campo epistemológico, ou seja, “uma viagem do olhar” (p. 69), parece ficar restrita aos sentidos e, no que pese a excelência do texto de Roberto Cardoso, recuperado pelos autores, não avança o tanto que poderia. Por outro lado, não é suficiente afirmar o trabalho de campo como “uma experiência educativa completa” (p. 78), já que muitas pesquisas que se dizem etnográficas, em particular na educação, não chegam propriamente a sê-lo e sequer dimensionam o *estar em campo* como sendo muito mais do que estar com nossos sujeitos. Estar lá diz respeito, principalmente, às bases epistemológicas que nos conformam como pesquisadores; mas diz, sobretudo, de nós como sujeitos sociais, partícipes de uma dada realidade que é histórica

e datada. Nesse caso, como realidade política que é, não pode desconhecer a cultura que nos envolve. O fato exige perceber a cultura não apenas como sentido e significado, senão como mediação<sup>2</sup>, ou seja, como um campo político de muitas possibilidades. Aqui, o desafio do Capítulo III ao propor-se ao debate desse conceito central na ciência antropológica.

O Capítulo III – “Cultura como teoria e método” – dedica-se a historiar a constituição paradigmática do conceito de cultura no interior da modernidade. O texto transita entre tempos e espaços diversos, contextualizando os muitos sentidos do conceito em suas vertentes teóricas, porém deixa em branco o debate do final do século XX entre modernos e pós-modernos, em relação à validade do conceito e/ou sua revisão. Um pouco desse debate poderia fornecer ao leitor informações preciosas com respeito ao próprio conceito e sua legitimidade forjada na modernidade e colocar em tela a emergência de um novo campo – os Estudos Culturais – e sua influência nas pesquisas em educação. Essa questão exige ser ainda explorada, de modo a revalidar a antropologia como ciência da modernidade que tem muito a dizer no campo da educação<sup>3</sup> e muito a dizer no tocante à realidade plural das sociedades modernas.

Finalmente, o Capítulo IV – “Para uma antropologia da educação” – é aquele que busca retomar a antropologia e a educação no quadro das ciências humanas e sociais e é, também, o que parece compor a unidade entre a Introdução e o Capítulo I. O tripé forma o escopo mais consistente da obra, no pensar dos autores, de uma antropologia da educação (avalizada e complementada pela excelente apresentação), na medida em que os demais capítulos permanecem no descrever do percurso histórico da ciência antropológica desde os mais remotos tempos e, com isso, distancia-se do que o título da obra propõe como seu centro: a própria antropologia da educação. Esta última, presente e ausente por vazios decorrentes dessa boa intenção dos autores – informar exhaustivamente o leitor a respeito da antropologia, das correntes e dos autores –, destaca-se no capítulo por sua particularidade: o diálogo com a educação.

Nesse capítulo há retomadas mais críticas, como a questão da apropriação do método etnográfico por outros campos de conhecimento (não explícito pelos autores, mas tal como acontece na educação); o deslize semântico do con-

2. As culturas como *práticas simbólicas e estruturas de mediação* constituem um campo político de muitas possibilidades, já que envolvem seletividade, ideologia e mudança; envolvem o espaço político das relações entre os homens, implicando relações de poder vigentes para cada grupo e sociedade, embora não se confundam com esses processos. Por tudo isso, pode-se afirmar a impossibilidade de definir, de modo único e total, um conceito de cultura, principalmente ao se tratar de sociedades complexas.

3. Ver: GUSMÃO, Neusa M. M. de. Antropologia, Estudos Culturais e Educação: desafios da modernidade. *Pro-Posições*, v. 19, n. 3, (57), p. 47-82, set./dez. 2008.

ceito de cultura e a observação necessária de que o aporte epistemológico dessa ciência não pode ser relegado ao esquecimento. Nesse sentido, a tradição interdisciplinar da antropologia e da educação é a característica fundamental que diz das possibilidades de fecundos diálogos entre esses dois campos de conhecimento. Trata-se, como dizem os autores, da “maior permeabilidade ou capacidade de transitar de modo mais flexível por domínios que se comunicam horizontalmente” (p. 118). Trata-se também, “de que a escola não é a única depositária de saberes elaborados ou de elaboração de saberes, de formação e socialização” (p. 119), defendendo-se, assim, uma concepção ampliada de educação para além da escola, com a qual a antropologia se encontra apta a contribuir. Nesse sentido, a educação como cultura (p. 131), não simplesmente cultura escolar, conforma importante canal de reflexão sobre a escola e seus espaços, bem como, no dizer dos autores, faz-se “chave” que abre à educação múltiplas possibilidades de compreensão do cotidiano escolar (p. 132).

Contudo, densa de informações e interessante por seu desafio, a presente obra deixa em aberto uma questão fundamental, que cabe apontar.

Afirmar como ideia central de uma antropologia da educação a “sensibilização do olhar” (p. 137) parece ter a ver com a ideia de *forma de educação*, tal como é reiterada ao longo da obra, e aponta para dois riscos: um humanismo ideológico, já presente na educação; e a separação teoria e prática, capaz de conduzir-nos ao viés instrumental e técnico do campo educacional. Assim, retomando a premissa defendida pelos autores ao finalizar a introdução (p. 19), quando reafirmam ser a antropologia uma “forma de educação” e a educação uma “prática antropológica”, entra em questão pensar a inseparabilidade entre a teoria e a prática no campo científico da ciência antropológica e indagar: a antropologia como “forma de educação” teria por pressuposto a unidade teoria e prática ou poderia conduzir-nos a privilegiar a prática em detrimento da teoria, bem ao gosto da educação instrumental? Eis aqui mais um desafio que, parcialmente desenvolvido nos capítulos centrais da obra, propicia matéria-prima para futuras reflexões.

Vale ressaltar, ainda, a clareza e a não linearidade da escrita que, no ir e vir, esclarece e amplia o conteúdo; as citações e as notas de rodapé elucidativas e encaminhadoras de novas leituras; a construção da trama tempo e espaço e a relação com diferentes autores referenciais; e, sobretudo, a clareza e a propriedade dos próprios autores, ao explicitarem que “o que aqui está sendo dito é tão somente uma possibilidade entre muitas” (p. 130). E o que está dito foi bem dito!

Finalizando a presente resenha, cabe dizer da propriedade de obras como esta, que desafiam verdades estabelecidas e se propõem a dialogar com diferentes campos de conhecimento; e que, por isso mesmo, mostram o muito que

ainda está por fazer, quando se trata de pensar a antropologia como ciência da modernidade, no campo da educação. Fundamental para alunos de Ciências Sociais, de Pedagogia e de outros campos, é uma obra importante também para gestores e educadores preocupados com a questão da diversidade humana e com políticas públicas no campo pedagógico.